

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 54.3, neste terceiro quadrimestre de 2022.

Dando continuidade a nossa política de publicação de Dossiês Temáticos contemplando propostas de colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, bem como de outros programas e instituições, publicamos nesta edição dois Dossiês Temáticos. Com essa iniciativa visamos a ampliação e diversificação dos temas e colegas envolvidos no processo de publicação na Revista e, ao mesmo tempo, propor diferentes discussões temáticas dentro de cada número.

O primeiro dossiê tem como título *Festas na pandemia*. Foi proposto e organizado pela professora Renata de Sá Gonçalves (UFF) e pelo professor Hugo Menezes Neto (UFPE) com o objetivo de reunir reflexões em torno de experiências festivas durante a pandemia de Covid-19, vivenciada entre os anos de 2020 e 2021. Composto por seis artigos, além da apresentação assinada pelos organizadores, o dossiê apresenta artigos articulados no entendimento de rituais, como festas, serem “portas de entrada para o estudo da vida social”. Especificamente, os trabalhos discutem como diversas dimensões dessas festas foram afetadas pelos efeitos da pandemia e, vice-versa: como as festas impactaram nas experiências e formas de viver e transitar a pandemia.

O segundo dossiê deste número trata sobre *Teoria, história e ensino da Antropologia* e foi proposto e organizado pelos professores Guillermo Vega Sanabria (UFBA) e Amurabi Oliveira (UFSC). O dossiê reuniu também seis artigos com o objetivo de apresentar elementos empíricos e analíticos que permitam compreender as formas contemporâneas do fazer teórico na antropologia, à luz dos processos de historicização da disciplina e das tensões que experimentam seus modelos formativos e de pesquisa, assim como as possibilidades do seu exercício profissional. A proposta do dossiê, conforme seus organizadores, abre assim uma oportunidade renovada para refletir sobre os desafios e as perspectivas da antropologia, da universidade pública e das ciências sociais nas especiais circunstâncias que experimentamos no Brasil de hoje.

Além desses dois debates, o presente número da Antropolítica traz oito artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista, um artigo na seção Trajetórias e Perspectivas e, por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho *Conservação em território tradicional: uma*

longa história até a conciliação via Termo de Compromisso, de autoria de Ana Beatriz Vianna Mendes da Universidade Federal de Minas Gerais. O trabalho apresenta o percurso, ao longo de quatro décadas, de conflitos e negociações vivenciados por gestores e moradores de uma pequena área no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), criado em 1984. A perspectiva da análise se fundamenta em uma antropologia do Estado, integrando reflexões sobre conservação ambiental e direitos étnicos no Brasil.

O artigo seguinte, de coautoria de José Manuel Resende e José Maria Carvalho, ambos da Universidade de Évora, Portugal, intitula-se *Pintar quanto antes: a exploração criativa da ação conveniente no atelier de pintura do Pisão*. Os autores apresentam, a partir da perspectiva do pragmatismo, uma discussão sobre a vivência do pintar, enquanto prática artística, no contexto de experiências de institucionalização em foro psiquiátrico. Discutem, assim, a partir do caso de um pintor abstrato, a variedade de envolvimento presentes na experiência pictórica no contexto etnografado.

Em seguida, o artigo *A maldade na burocracia: “bichos” e “idiotas” fazendo Estado*, de Monique Florencio de Aguiar, da Universidade Federal de Alagoas, a partir de sua experiência como servidora de uma instituição do governo do estado do Rio de Janeiro, apresenta as interlocuções tecidas com funcionários públicos durante o período em que se desempenhou na instituição. O artigo propõe uma leitura dos conflitos, cerceamentos e atos de subjugação entre colegas e, em especial, com seus superiores hierárquicos a partir da identificação de atributos da maldade e da inveja. Com base nessas noções, a autora procura analisar processos de produção do Estado, da autoridade e do poder no serviço público.

O artigo que dá continuidade à nossa seção intitula-se *Maternidade contra o genocídio: o Movimento Mães de Maio frente à democracia das chacinas*, de Matheus de Araújo Almeida, da Universidade de São Paulo. O trabalho apresenta a interlocução do autor com o Movimento Mães de Maio (SP), a fim de analisar o modo como essas mães, cujos filhos foram assassinados por agentes do Estado, têm se unido e lutado para denunciar as violências estatais. Especificamente, o trabalho explora os rendimentos teóricos que a categoria nativa de *democracia das chacinas* pode oferecer, segundo o autor, para compreensão das políticas de morte em curso no país.

A seguir, incluímos o artigo *Disputas territoriais e conflitos ambientais nas fronteiras do Ariramba*, de coautoria de Luciana Gonçalves de Carvalho, da Universidade Federal do Oeste do Pará, e Valentina Calado Pompermaier, da Universidade de Brasília. No artigo, as autoras analisam, a partir da experiência da comunidade quilombola do Ariramba, no Pará, como os processos de regulação de territórios tradicionalmente ocupados por comunidades descendentes de africanos que resistiram à escravidão se desenvolve a partir de procedimentos burocratizados, morosos e atravessados por inúmeros conflitos e disputas.

O artigo seguinte *Cavalos que trabalham: disputas entre carroceiros e ativistas da*

libertação animal, de autoria de Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira, da Universidade de Brasília, tem como objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa do autor, realizada entre 2014 e 2018, acerca do conflito e das controvérsias em torno da tração animal em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Através do relato etnográfico construído nos anos de observação participante e do levantamento de documentação, o artigo propõe que o debate público, em âmbito judicial e legislativo, não contribui para compreendermos os diferentes sentidos que incidem sobre a relação de trabalho entre carroceiros e cavalos nas cidades.

O sétimo artigo da seção de temática livre é de coautoria de Fábio Gomes de França, do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, e de Róbson Rodrigues da Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e intitula-se *Caserna de símbolos: ação ritual, liminaridade, sofrimento e distinção na cultura policial militar*. A partir da auto-etnografia e da análise de fotografias, os autores buscam demonstrar como a prática da “pagação”, fenômeno que se traduz com o exercício de flexões de braço, é fundamentada na lógica do sofrimento físico e, como ação ritual, traduz uma distinção que caracteriza a imagem militar dos policiais, reforçando a identidade grupal e naturalizando sua diferença do restante da sociedade.

O último artigo da seção, *Corpos negros, torres brancas: cidade e racismo em pandemia*, de Francisco Sá Barreto, da Universidade Federal de Pernambuco, e de Roberto Efrem Filho, da Universidade Federal da Paraíba, parte da análise do caso da morte do menino Miguel Otávio, ocorrida em 2 de junho de 2020, ao cair do nono andar de um edifício no centro do Recife, com o objetivo de discutir o lugar social e político da cidade onde ocorreu o incidente – um prédio de luxo de Recife, e a presença de racismo nas controvérsias suscitadas na imprensa e nas redes sociais, sobretudo através da hashtag #justicapormiguel.

Após os artigos livres, segue a seção Trajetórias e Perspectivas. A mesma tem como objetivo a publicação de artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países.

Neste número, publicamos, no idioma original e em uma versão traduzida, a entrevista realizada pelo antropólogo Amurabi Oliveira (UFSC) com a antropóloga Grażyna Kubica-Heller, professora da Seção de Antropologia Social do Instituto de Sociologia da Jagiellonian University, na Polônia. A entrevista, intitulada “*History of Anthropology with and beyond Malinowski: interview with professor Grażyna Kubica-Heller*”, propõe uma continuidade com o dossiê temático publicado neste número e organizado também pelo professor Oliveira. Neste diálogo, a professora conversa sobre sua trajetória na antropologia, refletindo também sobre a antropologia na Polônia e, mais especificamente, sobre questões relacionadas à história da antropologia, bem como à obra e vida de Malinowski, algo que ganha especial relevância no

centenário de publicação de *Argonautas do Pacífico Ocidental* do antropólogo polonês.

Por fim, o número 54.3 da Antropolítica traz a resenha do livro *Interseccionalidade*, das sociólogas e professoras Patricia Hill Collins, da Universidade de Maryland, e Sirma Bilge, da Universidade de Montréal, lançado no Brasil em 2021 pela editora Boi Tempo (SP) e originalmente em inglês, em 2020, pela Cambridge Press. A resenha, elaborada pela Lunara Gomes, doutoranda em Teoria da Literatura na Universidade Federal de Pernambuco, tem o título *A interseccionalidade para além da academia: a práxis crítica dos movimentos de mulheres* e apresenta os capítulos da obra focando no conceito de práxis interseccional para discutir os efeitos sociais, políticos e acadêmicos das questões discutidas a partir da perspectiva interseccional.

Em relação à capa do número, seguindo a proposta de publicação de dois dossiês, optamos por reproduzir as escolhas dos respectivos organizadores. Em referência ao dossiê “Festas na pandemia”, ilustramos o número com a foto de autoria da antropóloga Izabela Tamasso durante o giro da Folia do Divino na Cidade de Goiás em 2022. Esta, que é apenas uma das bandeiras do Divino Espírito Santo, começava a subir o morro para acessar o Alto Santana no momento da foto, quando o folião anunciava, com fogos de artifício, a chegada da folia no bairro. Este é um dos bairros mais vulneráveis e estigmatizados nas proximidades do centro histórico, reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO. A foto é emblemática da retomada das festas no período pós-pandemia, após dois anos de interrupção, mas também de como as festas populares são pontuadas por marcadores do tempo e do espaço, sendo um deles os fogos de artifício, ao lado da banda de música e dos sons dos sinos, dentre outros tantos.

A imagem que ilustra o dossiê “Teoria, história e ensino da Antropologia”, corresponde a uma fotografia do antropólogo Arthur Ramos ministrando uma aula no curso de antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde assumiu como professor de Antropologia e Etnografia em 1939. A imagem está disponível no acervo da Biblioteca Nacional (http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=85346).

Para finalizar, lembramos a nossos leitores que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([antropoliticauff](https://www.instagram.com/antropoliticauff)) e no Twitter ([@RAntropolitica](https://twitter.com/RAntropolitica)).

Boa leitura!